

**UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS COM OS SETORES
ECONÔMICOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NAS REGIÕES SUL
E SUDESTE DO BRASIL**

ANDREA BISPO DA SILVA

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

MARIANA PEREIRA BONFIM

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

ÉRICA JANN VELOZO

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

EDIVALDO FERNANDES DOS SANTOS JUNIOR

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

FLÁVIA DE SOUZA TEIXEIRA DA SILVA

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

ALEXANDRE PESSOA DA MOTTA

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

ÁLVARO VIEIRA LIMA

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

BRANCA REGINA CANTISANO DOS SANTOS E SILVA RISCADO TERRA

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

Resumo: A legislação brasileira relacionada à Educação Nacional e, mais especificamente, aos cursos de graduação, estabelece que sejam consideradas na elaboração de políticas educacionais e grades curriculares a cultura regional e nacional, bem como as demandas da sociedade. As universidades estaduais, por suas características regionais, apresentam maior possibilidade de atender as demandas locais. O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre a grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades estaduais das regiões sul e sudeste do Brasil e os setores econômicos regionais, fazendo uma comparação entre as disciplinas oferecidas pelas universidades e os setores econômicos dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes nas respectivas regiões. Através de uma pesquisa descritiva, percebeu-se que, de uma maneira geral, o curso de graduação em Ciências Contábeis oferecido pelas universidades estaduais das regiões pesquisadas atende de forma genérica às demandas regionais. Contudo, ainda há muito que fazer para que os alunos oriundos dessas universidades entrem preparados no mercado de trabalho uma vez que as universidades não tratam as peculiaridades das atividades dos APLs em suas disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis.

Palavras-chave:: Arranjos Produtivos Locais; Ciências Contábeis; Desenvolvimento Local; Universidades Estaduais; Grades Curriculares.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br

www.polemica.uerj.br

Polêm!ca, v. 13, n.2 , abril/junho de 2013

**A STUDY ABOUT THE RELATIONSHIP OF THE SUBJECTS OF UNDERGRADUATE
COURSES IN ACCOUNTING SCIENCES WITH THE PRODUCTION LOCAL
ARRANGEMENTS'S ECONOMIC SECTORS IN THE SOUTH AND SOUTHEAST
BRAZILIAN REGIONS**

Abstract: Brazilian law relating to the National Education and, more specifically, the undergraduate courses, which are considered in establishing educational policies and curricula at regional and national culture as well as the demands of society. The state universities, for their regional characteristics, have a higher chance of meeting local demands. This article aims to analyze the relationship between the curriculum of courses in Accounting from State Universities of south and southeast regions of Brazil and the regional economic characteristics, making a comparison between the courses offered by universities and the economic sectors of Clusters Local Authorities (APLs). Through a descriptive, in general, the Accounting course offered by the state universities of the surveyed areas meets regional demands. However there is still much to do for students from these universities prepared to enter the labor market since universities don't address the peculiarities of the Cluster's activities in their Accounting academic courses.

Keywords: Clusters Local Authorities; Accounting; Local Development; State Universities; Curriculum Grades.

Introdução

Nas economias primitivas, já existiam indícios de atividade contábil com a característica de controle do patrimônio. Ao longo do tempo, a atividade contábil desenvolveu-se, tendo nos acontecimentos sociais e nas demandas específicas provocadas por estes, as motivações para as mudanças.

O desenvolvimento da atividade contábil no Brasil está relacionado às atividades comerciais e à necessidade de fiscalização por parte do governo, principalmente após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

No início, foram criados as Aulas de Comércio e o Instituto Comercial, sendo o foco no ensino técnico voltado às necessidades da economia da época. Apenas em 1945, o Brasil teve seu Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais criado por meio de Decreto-Lei nº 7.988, (BRASIL, 1945).

Ao longo da história, diversos normativos, relacionados com o Ensino Superior no Brasil, foram publicados, no qual alguns deles evidenciavam o foco regional dos cursos em questão. Como exemplo, pode-se citar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, publicada em 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961) e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que revogou parcialmente a Lei de 1961 e estabeleceu as novas Diretrizes e Bases da Educação



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br

www.polemica.uerj.br

Polêm!ca, v. 13, n.2 , abril/junho de 2013

Nacional. Dentre as mudanças introduzidas, algumas estavam relacionadas à: qualificação docente, produção intelectual, docentes com regime de tempo integral e ao perfil profissional do educando ligado à formação da cultura regional e nacional.

Em 2002, foram publicadas outras normas legais relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Contábeis¹. Entre os objetivos deste documento, destaca-se que o curso de Ciências Contábeis, dentre outros citados, deveria se privilegiar “no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais” (BRASIL, 2002). Este instrumento legal foi revogado e em 2003 foi apresentado um novo referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN – dos Cursos de Graduação². O novo parecer manteve a necessidade das instituições de ensino em considerar as “demandas sociais nas suas políticas educacionais”. Observa-se, portanto, que por determinação legal, os cursos de graduação devem atender as demandas sociais e a formação do aluno deve contemplar aspectos da cultura regional e nacional.

Assim, as Instituições de Ensino Superior/IESs devem estar atentas às necessidades das demandas sociais, sendo que as universidades estaduais deverão ter ainda mais empenho em considerar as demandas sociais regionais na elaboração de sua grade curricular.

Diante destes fatos, surge um questionamento:

“As universidades estaduais brasileiras estão atendendo às necessidades regionais nos cursos de graduação em Ciências Contábeis”?

Visando responder esta pergunta, este trabalho objetiva analisar a relação entre a grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades estaduais do sul e sudeste do Brasil e os setores econômicos destas regiões. Especificamente, buscou-se:

1.

¹ Parecer CES/CNE nº 146 de 03 de abril de 2002, (BRASIL, 2002).

² Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003, (BRASIL, 2003).



1. Elaborar um levantamento de dados de todas as universidades estaduais das regiões sul e sudeste, em que há curso de graduação em Ciências Contábeis, e as suas grades curriculares.
2. Estudar os APLs das regiões sul e sudeste do Brasil, com o intuito de conhecer quais eram os setores econômicos das regiões pesquisadas e as demandas locais.
3. Analisar a relação existente entre a grade curricular das Universidades estaduais das regiões pesquisadas e os respectivos APLs, observando se o estudo das atividades desenvolvidas pelos setores econômicos locais é contemplado pelos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Optou-se por investigar as regiões sul e sudeste do Brasil, por estas registrarem o maior número de matrículas na graduação em cursos presenciais de Ciências Contábeis. Em 2012, a região sudeste registrava 51,7% das matrículas, ou seja, mais do que todas as outras regiões conjuntamente. A região sul apresentava 19,8% das matrículas. Em conjunto, as duas regiões registravam 71,5% das matrículas em cursos presenciais de Ciências Contábeis do Brasil.

Já a escolha pela análise das grades curriculares das universidades estaduais justifica-se pela característica regional que estas possuem, tendo uma maior possibilidade de atender as demandas locais.

Dessa maneira, foi efetuado um levantamento das universidades estaduais existentes nas regiões sul e sudeste do país que contenham o curso de graduação em Ciências Contábeis. Dentre essas, foram analisadas as disciplinas oferecidas em cada curso e comparadas com os APLs de cada região a fim de verificar se o curso de Contabilidade oferecido pelas universidades atende às demandas regionais. Adicionalmente, também foi realizada uma comparação entre a carga horária das disciplinas relacionadas aos APLs com a carga horária total do curso.



O presente artigo está dividido da seguinte maneira: Introdução, que contém a problemática da pesquisa e os objetivos; o Referencial Teórico, no qual é realizado um breve histórico do ensino superior em Ciências Contábeis no Brasil e o surgimento dos APLs; Método, onde é detalhada a forma como foi realizado o trabalho; os Resultados, onde são apresentados os dados obtidos através da pesquisa; e, por fim, a Conclusão.

Referencial Teórico

Histórico do Ensino Superior em Ciências Contábeis no Brasil

Em 1808, a chegada da família Real Portuguesa no Brasil se constituiu em um grande marco para a atividade comercial da então Colônia. O Brasil passou a ser a sede do Império e vieram à tona preocupações do governo com os negócios públicos e privados. Tornava-se necessário criar um melhor aparato fiscal e de guarda e controle de documentos. Neste mesmo ano, foi criada a cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro e, em 1809, através do Alvará de 15 de julho, foram criadas as aulas de Comércio. A partir de 1830, por meio de decretos, o governo “aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas aulas” (PELÉIAS *et al.*, 2007, p. 23).

Este cenário econômico motivou o governo a adotar uma maior regulamentação do ensino comercial e da Contabilidade. Em 06 de julho de 1846, o Regulamento das Aulas de Comércio no Rio de Janeiro foi promulgado por meio do Decreto nº 456. O curso tinha duração de dois anos e ao final, o conhecimento do aluno era avaliado em relação às seguintes disciplinas: Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais e a Arte da Arrumação de Livros. Este currículo visava atender às necessidades do comércio e, por isso, tinha uma característica prática: “essas atividades requeriam instrumentos de gestão mais precisos, existentes na contabilidade da época” (PELÉIAS *et al.*, 2007, p. 24). Os profissionais eram reconhecidos como guarda-livros. Nas décadas que se seguiram, foram efetuadas mudanças nestes cursos, as quais estão a seguir descritas.



Em 1931, por meio do Decreto nº 20.158, a profissão de contador foi regulamentada e houve uma reorganização do ensino comercial. Eram oferecidas disciplinas de Contabilidade aplicada aos negócios mercantis, industriais, agrícolas e bancários.

O Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais surgiu por meio do Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. O curso tinha duração de quatro anos e concedia o título de Bacharel em Ciências Contábeis àqueles que o concluíssem. Inicialmente, foram oferecidas as seguintes disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil.

O curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desmembrado nos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, com diplomas distintos, por meio da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951. Foi excluída a disciplina Organização e Contabilidade de Seguros do curso de Ciências Contábeis e surgiu a possibilidade de conclusão em três anos.

Quase trinta anos depois, a Resolução CFC nº 03, de 03 de outubro de 1992, fixou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de Graduação. Para a graduação em Ciências Contábeis, foi estabelecida a duração de 2.700 horas/aula, integralizadas no mínimo em quatro anos e no máximo em sete, para o período diurno. Para o período noturno, o mínimo era de cinco anos. Esta Resolução também fixou que as instituições de ensino superior elaborariam os currículos para o Curso de graduação em Ciências Contábeis, definindo, assim, o perfil do profissional a ser formado (PELÉIAS *et al.*, 2007).

O primeiro programa *stricto sensu*, na área de Ciências Contábeis, foi o Programa de Mestrado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, em 1970. Nesse mesmo ano, também foi criado o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Getúlio Vargas - FGV, no Rio de Janeiro. Este curso foi transferido para a UERJ em 1991 e contou também com



uma reestruturação. O Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis da PUC de São Paulo surgiu em 1978.

O primeiro Programa de Doutorado em Ciências Contábeis surgiu na mesma década, em 1978, na FEA/USP. Durante a década de 80, não surgiram novos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade. A partir de 1990, porém, novas implantações voltaram a ocorrer em função de: a) a obrigatoriedade de que parte dos docentes das instituições de ensino superior tivesse, ao menos, a titulação de mestre; b) o aumento da oferta de cursos superiores no Brasil, dentre outros fatores.

Desenvolvimento Local e o Ensino de Graduação em Ciências Contábeis

Ao se pensar em desenvolvimento de uma nação, é necessário pensar em desenvolvimento regional, já que cada região apresenta seus setores econômicos específicos, não sendo adequado fazer um único e abrangente plano de desenvolvimento nacional. O ideal é elaborar planos de desenvolvimento locais, que levem em consideração as vocações regionais e as riquezas naturais.

De acordo com o Manual para o Desenvolvimento Econômico Local concebido pelo Banco Mundial, o desenvolvimento local constrói a capacidade econômica de uma determinada área para beneficiar os que ali vivem (SWINBURN; GOGA; MURPHY, 2006, p.1). O desenvolvimento local ocorre quando o setor empresarial e o governamental se unem a fim de criar melhores condições para o crescimento econômico e a geração de emprego.

Bandeira (1999, p. 9) destaca que é importante a participação da sociedade civil local na elaboração de políticas para o desenvolvimento regional. Sem a compreensão da problemática concreta de um território, ou seja, sem a percepção das necessidades regionais, o ensino não atenderá aos objetivos traçados nas normas relativas à necessidade de atender às demandas sociais. As IESs devem integrar a dinâmica social para o desenvolvimento local.



As IESs têm um papel importante no desenvolvimento local, uma vez que podem privilegiar a capacitação dos alunos para atender às demandas regionais. Isto não apenas contribui para o desenvolvimento local das atividades econômicas, mas também possibilita aos alunos maior garantia de obtenção de emprego ao término do curso.

Em relação ao Curso de graduação em Ciências Contábeis, a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para este curso de graduação, dentre outras orientações, em seu artigo 2º, §2º, determina que os “Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais”. Dentre os elementos estruturais que deverão ser abrangidos pelo projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Contábeis, os objetivos gerais do projeto deverão estar “[...] contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social” (BRASIL, 2004) ³.

Arranjos Produtivos Locais – APLs

Para favorecer o desenvolvimento local das diversas regiões do Brasil, foram criados os APLs que, de acordo com o “Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais” (BRASIL, 2012b, 2006), são aglomerações de empresas, na mesma região, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos entre si e com governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, e outros. “Os APLs se apresentam, assim, como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva

³ Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.



Revista Eletrônica

direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades... locais” (BRASIL, 2012b).

Os APLs foram desenvolvidos no final dos anos 90 e se difundiram rapidamente pelo país, tornando-se prioridade do governo federal, “formalizada nos seus Planos

Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros⁴”.

Método

De acordo com a descrição de Cervo e Bervian (1983), quanto ao objetivo, esse estudo se caracteriza como descritivo, pois busca observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos sem manipulá-los.

Segundo Silva (2003), a pesquisa descritiva busca descrever as características do objeto a ser estudado, estabelecendo relações entre elas. No caso desse estudo, a descrição foi em relação à grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades do sul e do sudeste do Brasil e os setores econômicos regionais, identificados nos APLs.

Resultados

Inicialmente, foi efetuada pesquisa dos dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação (MEC), (BRASIL, 2012)⁵, nos meses de junho a agosto de 2012, das universidades estaduais das regiões sul e sudeste do Brasil. Foram encontradas 16 universidades estaduais, mas apenas oito oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis.

⁴ Brasil (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior). Arranjos Produtivos Locais – APLs. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

⁵ Realizada pesquisa geral ao sítio oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2012.



Quadro 1 – Universidades estaduais das regiões sul e sudeste do Brasil

REGIÃO DO BRASIL	ESTADO	UNIVERSIDADES ESTADUAIS	UNIVERSIDADES ESTADUAIS EM QUE HÁ CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Sudeste	Rio de Janeiro	▪ UERJ ▪ Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) ▪ Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO).	UERJ
	São Paulo	▪ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); ▪ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ▪ USP.	USP
	Espírito Santo	NENHUMA ENCONTRADA	NENHUMA ENCONTRADA
	Minas Gerais	▪ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) ▪ Universidade Estadual de Montes Claros (<i>UNIMONTES</i>).	<i>UNIMONTES</i>



Sul	P	Universidade	UEL
	Paraná	Estadual de Londrina (UEL) ▪ Universidade Estadual de Maringá (UEM) ▪ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ▪ Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) ▪ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) ▪ Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	UEM UEPG UNIOESTE
	Santa Catarina	▪ Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC).	UESC
	Rio Grande do Sul	▪ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. (UERGS)	NÃO EXISTE CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior concentração de universidades estaduais, que oferecem o curso de graduação de Ciências Contábeis, encontra-se no estado do Paraná, com quatro universidades. O estado do Espírito Santo não possui universidade estadual e a única universidade estadual do Estado do Rio Grande do Sul não possui curso de graduação em Ciências Contábeis.



Os APLs das Regiões Sul e Sudeste do Brasil e os respectivos setores econômicos

Quadro 2 – APLs das regiões sul e sudeste do Brasil e respectivos setores econômicos

Estado	Setores Econômicos dos APLs
Rio de Janeiro	1. Indústria/ Comércio/ Serviço/ Agronegócios/ Tecnologia
São Paulo	2. Indústria/ Transformação/ Comércio/ Serviços/ Tecnologia/ Rural/ Aeroespacial
	3. Serviços
	4. Rural (cadeia etanol)
Minas Gerais	5. Agronegócios
	6. Indústria/ Comércio/ Serviço/ Tecnologia
Paraná	7. Agronegócios
	8. Indústria/ Comércio/ Tecnologia
Santa Catarina	9. Agronegócios
	10. Turismo

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2009. Elaborado pelos autores.

A relação das grades curriculares da Região Sudeste com os respectivos setores econômicos dos APLs das Regiões Sul e Sudeste do Brasil

Nos tópicos seguintes, será apresentada a relação existente entre as grades curriculares das universidades estaduais em cada estado pesquisado com os respectivos setores econômicos dos APLs das regiões sul e sudeste do Brasil.



Rio de Janeiro

O PIB do estado do Rio de Janeiro representa 11,15% do PIB nacional, cerca de R\$ 296,7 bilhões e sua capital tem o segundo maior PIB do país (e o 30º maior do mundo), estimado em cerca de 140 bilhões de reais (IBGE, 2007). Segundo dados do Censo 2010, o Rio de Janeiro é o terceiro estado mais populoso do Brasil. Grande parte de sua economia se baseia na prestação de serviços, tendo ainda uma parte significativa de indústria e pouca influência no setor de agropecuária.

Quanto aos APLs, o estado obteve um padrão de crescimento heterogêneo a partir de meados da década de 90, com forte concentração em setores específicos, geralmente vinculados à indústria do petróleo ou a segmentos mais dinâmicos do setor de serviços.

Dentre os setores industriais que apresentam maior peso relativo na economia fluminense, em termos do Valor Bruto da Produção (VBP), destaca-se, em primeiro lugar, a extração de petróleo e de serviços relacionados, que respondia por 22% do total do VBP Industrial no estado em 2008.

Uma característica importante do estado é que contempla um grande número de universidades e institutos e é o segundo maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 17% da produção científica nacional (UNICAMP, 2005).

No estado, também, há exemplos de apoio das instituições de nível superior nos APLs, como a organização do Polo Petrópolis-Tecnópolis, do Polo de Biotecnologia do Rio de Janeiro, das redes temáticas de pesquisa estruturadas a partir do Cenpes-Petrobras e o surgimento de empresas de base tecnológica vinculadas a Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a partir de incubadoras de universidades, tais como: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, UERJ, Universidade Federal Fluminense (UFF) e UENF.

A única universidade estadual do Rio de Janeiro que oferece o curso de graduação em Ciências Contábeis é a UERJ. Através da análise da grade curricular da mesma, foi possível estabelecer relações das disciplinas com os principais APLs da região, conforme pode ser visto na Tabela 1:



Tabela 1 – Relação entre a grade curricular da UERJ e os setores econômicos dos APLs do Estado do Rio de Janeiro

Setor es Econômicos dos APLs	Disciplinas	% Carga horária das disciplinas em relação ao curso	Período em que a matéria é oferecida pelo curso
Indústria/ Comércio/ Serviço/ Agronegócios/ Tecnologia	Avaliação de Empresas	1,5%	6º
	Marketing de Serviços	1,5%	4º
	Simulação Empresarial	1,5%	5º
	Técnica Comercial	1,5%	1º
	Projetos de Pesquisa em Negócios	1,5%	2º
	Modelos Contemporâneos em Gestão	1,5%	2º

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio da análise da tabela 1, pode-se verificar que a UERJ, no curso de graduação Ciências Contábeis, não dispõe de disciplinas que atendam especificamente aos APLs do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as disciplinas apresentam um caráter generalista, sem foco na região onde está localizada.

São Paulo

De acordo com dados do IBGE (2010) ⁶, o estado de São Paulo possui aproximadamente 41 milhões de habitantes, e é o 3º colocado no ranking do IDH dos estados brasileiros. É também onde se localizam 38% das 100 maiores empresas de capital nacional e 50% das empresas de tecnologia, além de 26 universidades e 22 centros de educação tecnológica. Apesar disso, apenas uma universidade estadual, a

⁶ Fonte: IBGE (2010). Pesquisa geral no site. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp#>>. Acesso em: 18 jun. 2012.



USP, oferece o curso de graduação em Ciências Contábeis, em São Paulo e Ribeirão Preto.

Tabela 2 – Relação entre a grade curricular da USP e os setores econômicos dos APLs de São Paulo

Setores Econômicos dos APLs	Disciplinas	% Carga horária das disciplinas em relação ao curso	Período em que a matéria é oferecida pelo curso
Indústria/ Transformação/ Comércio/ Serviços/ Tecnologia/ Rural/ Aeroespacial	Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial	1%	7º
	Planejamento Estratégico	2%	Eletiva
	Ambiente de Negócios no Brasil e Desenvolvimento de Talentos Globais	1%	Eletiva
	Governança Corporativa	1%	Eletiva
	Desenvolvimento de Novos Negócios	1%	Eletiva
	Gestão de Pequenas Empresas Empreendedoras	1%	Eletiva
	Projeto de Produto e de Processo de Produção	1%	Eletiva
	Controladoria em Logística	1%	Eletiva
Serviços	Contabilidade do Terceiro Setor	1%	Eletiva
Rural (cadeia etanol)	Contabilidade Rural	1%	Eletiva
	Contabilidade das Cooperativas	1%	Eletiva

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Governo de São Paulo começou a criar políticas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, utilizando-se dos APLs em 2004 com o reconhecimento destas políticas em seu Plano Plurianual 2004-2007. Estas ações vêm sendo desenvolvidas com apoio de instituições civis ou mistas (FIESP e SEBRAE-SP)



que já intervinham nos APLs antes mesmo da atuação governamental (CAMPOS ET AL., 2010).

Atualmente, de acordo com informações da Secretaria de Desenvolvimento, são 24 APLs prioritários no Estado, sendo que 14 destes APLs compõem o Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em APL do Estado de São Paulo, e 22 aglomerados produtivos distribuídos em mais de 120 municípios.

Analisando os APLs e aglomerações produtivas de São Paulo e comparando-os à ementa das disciplinas do curso de graduação em Ciências Contábeis da USP, é possível notar a crescente preocupação com a formação dos profissionais que atuarão nos segmentos econômicos presentes no Estado.

Atualmente, o número de empresas enquadradas como micro empresas ou empresas de pequeno porte corresponde a 97,57% do total das empresas ativas de São Paulo. Para os futuros contadores dessas instituições, a disciplina “Gestão de Pequenas Empresas Empreendedoras” está perfeitamente alinhada às necessidades de mercado. Da mesma forma, as disciplinas “Contabilidade Rural” e “Contabilidade de Cooperativas” são bastante pertinentes às atividades do APL Cadeia de Etanol. E as demais disciplinas mencionadas na tabela 2 serão igualmente úteis aos arranjos produtivos paulistas de uma maneira geral: APL transformados plásticos, APL cerâmica vermelha, APL calçados, APL móveis, APL têxteis, APL metal mecânico, dentre outros.

Minas Gerais

O estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil e encontra-se em 10º no ranking de IDH dos estados brasileiros. De acordo com Botelho *et al.* (2010), em Minas Gerais, as primeiras iniciativas do governo relacionadas aos APLs tiveram início na segunda metade da década de 90.

No momento em que se ampliou a quantidade de instituições e órgãos de governo interessados nos arranjos locais, as características deles foram sendo percebidas e incluídas nos programas de desenvolvimento regional. Consequentemente, em 2006,



houve a promulgação da Lei Estadual nº 16.296 que institucionalizou a política para APLs no estado.

Segundo Botelho *et al.* (2010), a lei é considerada um marco, já que incluiu a temática no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2004-2007 e PPAG 2008-2011), sendo um dos projetos estruturados no capítulo “Fomento inovador ao desenvolvimento econômico”.

Em Minas Gerais, a graduação em Ciências Contábeis está presente na UNIMONTES, em dois municípios – Montes Claros e Salinas. Os campi estão situados na região Norte do Estado, que possui o seu APL direcionado para a Fruticultura e cuja base econômica é agrícola, sobressaindo à pecuária extensiva e a fruticultura (BRASIL, 2012a).

Na tabela 3, verificam-se as disciplinas da grade curricular do curso que possuem relação direta com o APL da região:

Tabela 3 – Relação entre a grade curricular da Unimontes e os setores econômicos dos APLs de Minas Gerais

Setores Econômicos dos APLs	Disciplinas	% Carga horária das disciplinas em relação ao curso	Período em que a matéria é oferecida pelo curso
Agro negócios	Contabilidade em Agronegócios	1%	8º
Indústria/ Comércio/ Serviço/ Tecnologia	Comunicação Empresarial	1%	1º
	Contabilidade Organizacional I	2%	3º
	Práticas Contábeis Informatizadas	2%	3º
	Contabilidade Organizacional II	2%	4º
	Finanças Empresariais	2%	7º

Fonte: elaborado pelos autores.



Conforme exposto, as disciplinas do curso de graduação em Ciências Contábeis da UNIMONTES visam contribuir para a formação profissional e também atender aos anseios da região do norte de Minas Gerais, com seu respectivo APL de fruticultura. Para isso, a universidade possui uma grade curricular com disciplinas focadas no desenvolvimento empresarial do setor produtivo da localidade (Contabilidade de Agronegócios, Contabilidade Empresarial, Contabilidade Organizacional I e II e Finanças Empresariais) e uma especificamente voltada para integração da tecnologia através das “Práticas Contábeis Informatizadas”, conforme demonstrado na tabela 3.

Paraná

O estado do Paraná é o sexto IDH do país, e possui quatro universidades estaduais com o curso de graduação em Ciências Contábeis: a UEL, a UEM, a UEPG e a UNIOESTE. A UNIOESTE tem dois campi, um no município de Cascavel e outro no município de Foz do Iguaçu. A UEM também possui dois campi, um em Maringá e o outro em Cianorte, todos os seis campi oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Todas as universidades possuem matérias voltadas para os setores produtivos do estado, conforme a tabela 4 abaixo:



Tabela 4 – Relação entre a grade curricular da UEPG, UNIOESTE, UEM e UEL os setores econômicos dos APLs do Paraná.

Setores Econômicos dos APLs	Disciplinas	Universidade	% Carga horária das disciplinas em relação ao curso	Período em que a matéria é oferecida pelo curso
Agro negócios	Contabilidade em Agronegócios	UEP G	2,1%	4º/6º
		UE M	2,1%	
		Unioeste	1,9%	
		UEP G	4,3%	
Indústria/ Comércio/ Tecnologia	Contabilidade Orçamentária	UEP G	2,1%	4º
	Técnicas Comerciais	UEP G	2,1%	1º
	Noções de Atuária para Contadores	Unioeste	0,9%	5º/8º
		UE M	1%	
	Contabilidade Comercial e Industrial	UE M	4,2%	4º

Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo o SEBRAE (2009), seus focos estratégicos nos APLs apoiados são: Organização em redes dos elos da cadeia produtiva; inovação em *design* e moda do setor de Confecções; acesso ao mercado nacional e internacional; desenvolvimento da cultura empresarial e cooperação entre as empresas; inovação de produtos de acordo com as novas demandas do mercado; identificações de nichos de mercados para



alavancar a comercialização; melhoria da qualidade de *software* e serviços de TI; maior visibilidade do *software* paranaense nos mercados brasileiro e mundial.

Ao observar o mapa de aglomerações produtivas do Paraná e a ementa das universidades estaduais do Paraná, é possível identificar que os setores produtivos do estado têm influência sobre a grade das mesmas. Atualmente, existem programas de apoio aos APLs do Paraná coordenados pela secretaria de planejamento, contudo, apenas um, o Inovação Tecnológica – Programa Universidade sem Fronteira, conta com o apoio das universidades estaduais.

Santa Catarina

O estado de Santa Catarina possui o segundo IDH do país e somente uma universidade estadual que oferece o curso de graduação em Ciências Contábeis: a UESC.

O Governo do estado de Santa Catarina possui um órgão estatal, a Câmara de Gestão de Aglomerações e Redes de Empresas, conhecida como Câmara de APL, tem como principal objetivo “servir de plataforma de relacionamento interinstitucional para as entidades e órgãos governamentais que atuam no apoio ao desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas” (CAMPOS ET AL., 2009 e 2010).

Tabela 4 – Relação entre a grade curricular da UESC os setores econômicos dos APLs de Santa Catarina

Setores Econômicos dos APLs	Disciplinas	% Carga horária das disciplinas em relação ao curso	Período em que a matéria é oferecida pelo curso
Agronegócios	Contabilidade Social e Ambiental	2%	Eletiva
Turismo	Contabilidade Hoteleira	1%	Eletiva
	Contabilidade Imobiliária	1%	Eletiva

Fonte: elaborado pelos autores.



Tabela 5 – Demais disciplinas da UESC

Disciplinas	P eríodo	Carga horária das disciplinas em relação ao curso completo
Contabilidade de Cooperativas	E letiva	1%
Aspectos contábeis de exportação e importação	E letiva	1%

Fonte: elaborado pelos autores.

O curso de Ciências Contábeis oferecido pela UESC possui uma carga horária total de 3.600 horas de aula, dispostas em oito períodos, cada um composto de seis meses. Vale salientar, portanto, que as disciplinas que possuem algum tipo de relação com os arranjos produtivos desenvolvidos nessa região representam apenas 9% da carga horária do curso completo, isto é, são apenas oito matérias que totalizam 324 horas de aula.

Considerações Finais

O principal objetivo **deste** artigo foi analisar a relação entre a grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades estaduais das regiões Sul e Sudeste do Brasil e os respectivos setores econômicos dos APLs regionais. Para isso, foram selecionadas as universidades estaduais das regiões acima mencionadas que oferecem o curso citado, bem como os APLs dessas regiões. Assim, foram analisadas oito universidades estaduais nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Em geral, as disciplinas que correspondem a algum APL destas regiões compreendem em torno de 10% da carga horária total do curso de graduação em Ciências Contábeis de cada universidade. Contudo, cada universidade possui características diferentes quanto ao apoio aos APLs.



No Rio de Janeiro, 13,5% da carga horária da UERJ possui algum tipo de relação com os APLs do estado, porém, nenhuma das disciplinas atende a um arranjo específico; todos, de maneira geral.

Já em Minas Gerais, as matérias oferecidas pela UNIMONTES não atendem especificamente a nenhum APL do estado, contudo, a universidade disponibiliza 10% de suas disciplinas para atenderem, genericamente, às demandas regionais.

No Paraná, há quatro universidades estaduais com o curso de graduação em Ciências Contábeis e todas elas possuem parte de sua carga horária destinada a atender aos setores econômicos regionais: UEPG destina 10,6%; UEM, 11,5%; UEL, 7,2% e UNIOESTE, 2,8%.

A UESC, em Santa Catarina, dispõe de 6% de sua carga horária para disciplinas relacionadas com os APLs.

De uma maneira geral, todas as universidades estaduais, que possuem o curso de graduação em Ciências Contábeis dos estados do Sul e do Sudeste do país, contêm disciplinas que atendem as demandas locais, relacionadas aos APLs de cada região pesquisada.

Contudo, as universidades estaduais ainda precisam realizar mudanças nas grades curriculares das universidades para que os alunos oriundos delas entrem preparados, conforme as demandas do mercado de trabalho.

Futuras pesquisas podem realizar a análise em outros estados brasileiros, ou mesmo incluir as universidades federais ou municipais em seu escopo.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Brasília, 1999.

BOTELHO, Marisa dos Reis A.; CORRÊA, Vanessa Petrelli; MARTINS, Humberto E. de Paula; MUNIZ, André Luiz Pires; GARLIPP, Ana Alice P. B. Damas. Políticas para arranjos produtivos locais no Estado de Minas Gerais: institucionalidade, mapeamentos e focos. In: CAMPOS, Renato Ramos; STALLIVIERI, Fabio; VARGAS,



Marco Antônio; MATOS, Marcelo. (Orgs). *Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 31 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun.2012.

_____. Lei nº 4.204, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Pesquisa geral no site. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 01 jun.2012.

_____. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Parecer CES/CNE nº 146, de 03 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em: 01 jun.2012.

_____. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: 01 jun.2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras

providências. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 01 jun.2012.



_____. Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Nº 187, de 31.10.2006. Disponível: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289326568.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo fruticultura do norte de Minas Gerais. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248287941.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Locais, 2012b. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_12893_26568.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

CAMPOS, Renato Ramos (org.) *et al.* Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Consolidacao_APLs_Sul_Sudeste.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

CAMPOS, Renato Ramos (org.) *et al.* Os arranjos produtivos locais no Estado de Santa Catarina: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio: E-papers, 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_SC.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3ª edição. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa geral no site. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp#>>. Acesso em: 18 jun. 2012.



LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA

1200

Revista Eletrônica

_____, Contas Regionais do Brasil 2003-2007. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PELÉIAS, Ivam Ricardo; *et al.* Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: Uma análise histórica. R. Cont. Fin. USP. São Paulo, edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 – 32, jun. 2007.

SEBRAE-RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro>>, 2009. Acesso em: 18 jun.2012.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. Desenvolvimento econômico local: um manual para implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Banco Mundial, Jan. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2012.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping>, 2005. Acesso em 16 jun.2012.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 01/04/2014



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br

www.polemica.uerj.br

Polêm!ca, v. 13, n.2 , abril/junho de 2013